



# MUNICIPIO DE ALTEROSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



### CREDENCIAMENTO 09/2024

O **MUNICÍPIO DE ALTEROSA**, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Praça Getúlio Vargas, 310, Centro, Alterosa, Minas Gerais, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.243.238/0001-03, por intermédio do Prefeito Municipal, **Marcelo Nunes de Souza**, e da Agente de Contratação e sua respectiva Comissão de Licitação designada pela Portaria nº 02, de 02 de Janeiro de 2024, motivada pela Secretaria Municipal de Administração, torna público a abertura do **Processo Administrativo nº 153/2024**, na modalidade de **Inexigibilidade de licitação nº 62/2024**, **Credenciamento nº 09/2024**, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, artigos 74 e 79 e seus incisos e pelas demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

O Credenciamento será regido na forma da Lei Federal 14.133/2021, e suas alterações, Decreto Municipal de nº 421/2024, "Que regulamenta a modalidade Credenciamento no âmbito de Alterosa/MG".

A utilização da forma presencial na modalidade Credenciamento se justifica tendo em vista que o artigo 176 da Lei 14.133/2021 dá um prazo maior de 06 (seis) anos para os Municípios de até 20.000 (vinte mil) habitantes, contados da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

***II – da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2º do art. 17 desta Lei;***

Além da previsão constante na Legislação Federal, o Decreto Municipal de nº 421/2024, que regulamenta os procedimentos a serem realizados com fundamento na Lei Federal 14.133/2021, estabelece no Art. 115. *Quando a licitação for realizada de forma presencial, a sessão deverá ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo, sendo a gravação juntada aos autos do processo licitatório pertinente*, consoante disposição expressa no art. 176 da citada lei desde que justificada no edital e suas disposições preliminares (...)

A Lei Federal 14.133/2021, (art. 17), assim como o Decreto Municipal de nº 421/2024, (art. 1º § 3º) diz que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo cujo arquivo será acostado ao processo administrativo.

O edital de Credenciamento em liça segue o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 da Lei Federal 14.133 de 01 de Abril de 2021.

Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Descrição do Item;

Anexo II – Declaração (cumprimento do art.7º, inciso XXXIII da CF);

Anexo III – Modelo de Declaração de Nepotismo no âmbito da Administração Pública;

Anexo IV – Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo V – Minuta do Contrato;

Anexo VI – Termo de Referência.



# MUNICIPIO DE ALTEROSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



---

### 01 - OBJETO DO CREDENCIAMENTO

---

- 1.1 - O presente edital tem como objetivo o **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS, IMPOSTOS, TAXAS, DÍVIDA ATIVA E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS DEVIDAS À MUNICIPALIDADE, ATRAVÉS DE DAM (DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL), EM PADRÃO FEBRABAN, POR INTERMÉDIO DE SUAS AGÊNCIAS, COM PRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO MAGNÉTICO DOS VALORES ARRECADADOS** e quantidades estimadas constantes do anexo VII.
- 1.2. – O serviços contratados deverão ser executados no prazo de 12 (doze) meses, por documento recebido no guichê de caixa, ou similar por documento recebido via internet, por documento recebido em auto atendimento, por documento recebido nos correspondentes bancários, Gerenciador Financeiro, Banco Postal, por documento recebido na rede lotérica, por documento recebido por débito em conta, por registro, na disponibilização de arquivo.
- 1.3. - A instituição financeira interessada em aderir ao credenciamento em epígrafe poderá optar pelo canal de atendimento de seu interesse, desde que não ultrapasse os valores prefixados;
- 1.4. - No caso de prorrogação de contrato, o preço será reajustado pelo IPCA/IBGE, acumulado no período da vigência do contrato por simples termo de aditamento tendo como base o mês que antecede o término do termo de credenciamento;
- 1.5. – Poderão participar do credenciamento pessoas jurídicas, legalmente constituídas, habilitadas, com idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico fiscal, que não tenha sofrido penalidade de suspensão ou declaração de idoneidade por parte do Poder Público e que satisfaçam as condições fixadas neste edital e anexos que aceitem as normas estabelecidas pelo Município de Alterosa/MG.
- 1.6. – Em se tratando de empresas MEI terão tratamento jurídico diferenciado conforme previsão na lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e da lei 128/2008.

#### 1.7. - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

- 1.7.1. - **Poderão participar do presente Credenciamento** as instituições financeiras legalmente constituídas e autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na forma de banco Múltiplo, Comercial ou Cooperativo, e Cooperativo de Crédito, que preencherem todos os requisitos exigidos neste Termo de Referência, com idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico-fiscal, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de idoneidade por parte do Poder Público e que satisfaçam as condições fixadas neste Termo de Referência e anexos e que aceitem as normas estabelecidas pelo Município.
- 1.7.2. - **Não poderão participar deste Credenciamento** as Instituições Financeiras que estiverem em processo de intervenção judicial ou extrajudicial, falência, insolvência ou liquidação;



# MUNICIPIO DE ALTEROSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



- 1.7.2.1. - Instituições financeiras que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer Poder ou esfera de Governo;
- 1.7.2.2. - Instituições financeiras que estiverem irregulares quanto à comprovação de quitação de tributos federais, estaduais ou municipais, considerada a sede ou principal estabelecimento da proponente.

### 2 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RESPECTIVO ELEMENTO DE DESPESA

- 2.1. - As Dotações Orçamentárias destinadas ao pagamento dos objetos licitados são as previstas na Lei orçamentária Anual de 2024:

02 – Secretaria de Administração.	04.123.1001.2.016	Manutenção das Atividades do Setor de Fazenda
ELEMENTO DE DESPESA: 78 - 3.3.90.39.00.00.00.00 0100 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica		

### 03 - RECEBIMENTO E ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO

- 3.1. - A documentação necessária a Habilitação do credenciamento (item 04 do Edital) deverão ser colocadas em **envelopes separados, indevassáveis, sob pena de desqualificação, sendo identificados da seguinte forma:**

#### ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
CIDADE: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2024  
INEXIGIBILIDADE Nº 62/2024  
CREDENCIAMENTO Nº 09/2024  
MUNICÍPIO DE ALTEROSA - ESTADO DE MINAS GERAIS  
A/C DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

- 3.2 – Somente serão admitidas a participar deste CREDENCIAMENTO, as pessoas jurídicas que aceitem as exigências estabelecidas neste edital, inclusive quanto ao preço estipulado.
- 3.3. – O prazo de recebimento do envelope para credenciamento, será do dia 08/07/2024 a 11/07/2024, considerando dias úteis, das 07:00h às 11:00h e 12:30h às 15:30h, na Sede do Setor de Compras e Licitações, Rua Dom Pedro II, nº 54, Centro, Alterosa/MG – Telefone: (035) 3294-2545.



# MUNICIPIO DE ALTEROSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



- 3.4. – Os envelopes serão recebidos, abertos, analisados, conferidos, verificando as exigências do Edital, pela Comissão de Licitação, da seguinte forma:

**ABERTURA DO ENVELOPE “ DOCUMENTAÇÃO”:**

**LOCAL:** Sede do Setor de Compras e Licitações, Rua Dom Pedro II, 54 - Centro

**Alterosa/MG – Telefone:** (35) 3294-2545

**DIA:** 12/07/2024

**HORARIO:** às 08h00min (oito horas).

- 3.5. – Este Chamamento Público ficará aberto para interessados se credenciarem a qualquer tempo, dentro de sua vigência, assim, sendo aberto e conferido, após 05 (cinco) dias úteis subsequentes a sua entrega, podendo ser prorrogado por igual período, e divulgado resultado através de Ata, no site da Prefeitura: <https://www.alterosa.mg.gov.br>.
- 3.6 - O MUNICÍPIO DE ALTEROSA NÃO SE RESPONSABILIZARÁ POR ENVELOPE “DOCUMENTAÇÃO” QUE NÃO SEJAM ENTREGUES A AGENTE DE CONTRATAÇÃO DESIGNADO, NO LOCAL, DATA E HORÁRIOS DEFINIDOS NO ITEM 3.3 E 3.4.

---

### 04 – DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO

---

- 4.1. - Será exigida para **HABILITAÇÃO** a apresentação dos documentos, com vigência plena até a data fixada para a abertura dos envelopes “Documentação”, conforme segue:

**4.1.1. - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PESSOA JURÍDICA**

- 4.1.1.1. - Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da Ata arquivada da Assembléia da última eleição da Diretoria, ou documento equivalente;
- 4.1.1.2. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 4.1.1.3. - Certidão que prove a regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 4.1.1.4. - Certidão que prove a regularidade com a Seguridade Social (INSS);
- 4.1.1.5. - Certidão que prove a regularidade com a Fazenda Estadual;
- 4.1.1.6. - Certidão que prove a regularidade com a Fazenda Municipal, na jurisdição fiscal do estabelecimento licitante da Pessoa Jurídica;
- 4.1.1.7. - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme a Lei 12.440, de 07 de julho de 2011;
- 4.1.1.8 - Comprovação, através de documento expedido pelo Banco Central de que a instituição financeira está em pleno uso e gozo de suas atividades e não se encontra em processo de liquidação extrajudicial ou cópia do certificado de



# MUNICIPIO DE ALTEROSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



autorização de funcionamento expedido pelo Banco Central;

- 4.1.1.9. – Decreto de autorização, em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;
- 4.1.1.10. - Indicação do representante legal da interessada, com a respectiva documentação (procuração ou documento equivalente autenticado, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, inscrição no Registro Geral do Instituto de Identificação – Carteira de Identidade), para praticar todos os atos necessários em nome da instituição financeira, em todas as etapas deste Credenciamento, e para o exercício de direitos e assunção de obrigações decorrentes do Contrato de Credenciamento.
- 4.1.1.11. - Comprovante ou Declaração que dá cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, onde proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.- **ANEXO II**;
- 4.1.1.12 – Declaração de Nepotismo no âmbito da Administração Pública – **ANEXO III**;
- 4.1.1.13. - Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação, **ANEXO IV**;
- 4.2. – Caso o proponente desejar fazer-se representar no Chamamento Público deverá credenciar uma pessoa, delegando-lhe poder para decidir sobre atos e eventos da mesma. Na credencial, que poderá ser apresentada em papel timbrado ou simples com carimbo da empresa proponente, constará além dos poderes concedidos, o número do documento de identidade do representante, e, ao final, o nome, cargo e o CPF/MF do outorgante. A credencial poderá acompanhar os documentos de habilitação, ou ser entregue quando da entrega dos documentos.
- 4.3. - Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos documentos originais sejam apresentados **na reunião de abertura dos envelopes de habilitação**, para a devida autenticação.
- 4.4. - Os documentos deverão ser apresentados em envelope, **lacrado**, devidamente identificado, **se possível em papel formato A4**
- 4.5. - Não serão admitidas na licitação empresas impedidas de licitar em razão de penalidades anteriores, bem como as que se encontre em falência ou recuperação judicial.
- 4.6. - No caso de Certidões Negativas que não conste data de validade, serão aceitas com a data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.
- 4.7. - Os documentos retirados da Internet terão sua autenticidade certificada junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.
- 4.8. - Os documentos acima mencionados não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas.



# MUNICIPIO DE ALTEROSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



- 4.9. - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se o original for substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes de licitantes desqualificadas.

---

### 05 - DA SESSÃO DO CREDENCIAMENTO

---

- 5.1. - Este Chamamento Público ficará aberto para os interessados se credenciarem em qualquer momento, **dentro do período de sua vigência**, desde que apresentarem as documentações em conformidade com o Edital.
- 5.2. - O prazo de vigência deste Chamamento Público será de **12 (doze) meses**, a contar da data de abertura para o início de credenciamento.
- 5.3. - **O ENVELOPE A QUE SE REFERE O ITEM 03 E SUBITENS DESTE EDITAL, DO MEI OU PROFISSIONAL RETARDATÁRIO, CONTENDO RESPECTIVAMENTE OS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO DEVERÁ SER ENTREGUE NO SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA, SITUADA NA RUA DOM PEDRO II, N° 54 - CENTRO – ALTEROSA/MG. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 07:00H ÀS 11:00H E 12:30H ÀS 15:30H.**
- 5.4. - Os interessados que encaminharem os envelopes de documentações posteriormente à data marcada para abertura dos envelopes (12/07/2024), dentro da vigência deste Chamamento Público, serão recebidos, abertos, analisados, conferidos, verificando as exigências do Edital pela Comissão de Licitação, em até 05 (cinco) dia úteis subsequente à sua entrega, podendo ser prorrogado por igual período.
- 5.5. - Os interessados deverão entregar toda a documentação pertinente num único ato, não sendo permitida a entrega fracionada, exceto nos casos previstos neste próprio Edital.
- 5.6. – As instituições que preencherem os requisitos de habilitação serão declaradas habilitadas, estando aptas para assinar o contrato de prestação de serviço;
- 5.7. - Os Credenciados que forem habilitados deverão estar de prontidão imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento e prestarão seus serviços de maneira excepcional, não gerando qualquer tipo de vínculo com a Administração Pública Municipal.

---

### 06 - DO JULGAMENTO

---

- 6.1. – A Agente de Contratação juntamente com a comissão de licitação e servidor designado pela Secretaria Municipal de Administração examinará a aceitabilidade da documentação classificada.
- 6.2. - A Agente de Contratação juntamente com a Comissão de Licitação deverá analisar os documentos apresentados, visando sua originalidade e aceitação, utilizando-se da pesquisa realizada, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento, e / ou de todos meios possíveis para a correspondente verificação.
- 6.3. - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será a proponente declarada credenciada, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.





# MUNICIPIO DE ALTEROSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



- 6.4. - Aberto o invólucro “DOCUMENTAÇÃO”, em havendo restrição quanto a regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pela Agente e Comissão de Licitação.
- 6.5. - Da reunião lavrar-se-á a ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pela e pelas proponentes.

---

### 07 - DOS RECURSOS

---

- 7.1. - Os casos omissos ou dúvidas oriundas do presente Edital serão dirimidos pela Comissão de Licitação, no endereço constante deste edital, ou pelo email: [compras@alterosa.mg.gov.br](mailto:compras@alterosa.mg.gov.br), no horário de expediente.
- 7.2. - Caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do ato que decide pelo credenciamento ou não credenciamento.
- 7.3. - Todas as impugnações e recursos somente serão recebidos se protocolados junto à Comissão de Licitação, na Rua Dom Pedro II, nº 54 – Centro – Alterosa/MG, a qualquer tempo, na qual deseje se credenciar.
- 7.4. - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal, não protocolizados na Secretaria e ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.
- 7.5. – Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

---

### 08 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

---

- 8.1. – Inexistindo manifestação recursal, a Comissão de Licitação adjudicará o objeto do processo administrativo à proponente credenciada, com a posterior homologação de resultado pelo Sr. Prefeito Municipal.
- 8.2. – Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Sr. Prefeito Municipal adjudicará e homologará o procedimento licitatório em favor da(s) proponente(s) credenciada(s).
- 8.3. – O(s) proponentes(s) classificado(s) será(ão) convocado(s) oportunamente, fixando o prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos para o atendimento à mencionada convocação e assinatura do termo contratual.

---

### 09 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

---

- 9.1. – A credenciada prestará serviços em suas dependências, via internet e redes lotéricas;
- 9.2. – O credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos de 12 (doze) meses cada, limitado a 60 (sessenta) meses, nos termos dos artigos da Lei Federal nº 14.133/2021.

---

### 10 – DO SUPORTE LEGAL

---

- 10.1. – O presente Chamamento público para Credenciamento de prestação dos serviços de que este instrumento convocatório trata dar-se-á de forma direta, por Inexigibilidade de Licitação, com



# MUNICIPIO DE ALTEROSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



arrimo nos dispostos da Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, especificamente nos artigos e seus incisos:

*Lei 14.133/2021, Art. 6º*

*XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;"*

*Lei 14.133/2021, Art. 79*

*O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:*

*I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;*

---

### 11 - CONDIÇÕES PARA FATURAMENTO / PAGAMENTO

---

11.1. - O repasse das tarifas será debitado na mesma conta e prazo do repasse dos tributos;

---

### 12 - DAS SANÇÕES

---

12.1. - Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art.155, da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 12.1.1. - Dar causa à inexecução parcial do contrato; -
- 12.1.2. - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. - Dar causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 12.1.5. - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 12.1.6. - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.7. - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 12.1.8. - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 12.1.9. - Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.1.11. - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto a





# MUNICÍPIO DE ALTEROSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa;

- 12.1.12. - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- 12.1.13. - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2. - O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - 12.2.1. - Advertência pela falta do subitem 12.1.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - 12.2.2. - Multa de 05 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 12.1.1. a 12.1.3.;
  - 12.2.3. - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2. a 12.1.7., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - 12.2.4. - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Prefeitura Municipal, da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8. a 12.1.13., bem como nos demais casos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 12.3. - Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 12.3.1. - a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 12.3.2. - as peculiaridades do caso concreto;
  - 12.3.3. - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 12.3.4. - os danos que dela provierem para a Prefeitura Municipal;
  - 12.3.5. - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 12.5. - O recolhimento das multas referidas deverá ser feito, através de guia própria, ao MUNICÍPIO DE ALTEROSA, Estado de Minas Gerais, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data em que for aplicada a multa.
- 12.6. - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



# MUNICÍPIO DE ALTEROSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



- 12.8. - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.9. - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.10. - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.11. - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

---

### 13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

---

- 13.1. - Onde este Edital for omissivo, prevalecerão os termos da Lei Federal nº 14.133, independentes de menção expressa neste documento. Fica reservado ao MUNICÍPIO DE ALTEROSA o direito de promover diligências conforme disposto no art. 159 da Lei nº 14.133/21, cujas condições serão fixadas no próprio termo.
- 13.2. - As decisões da Comissão de Licitação do MUNICÍPIO DE ALTEROSA, Estado de Minas Gerais, serão publicadas no Site da Prefeitura Municipal de Alterosa, podendo ser aplicado o disposto no art. 8 da Lei nº 14.133/21 e art. 94 da Lei Orgânica do Município.
- 13.3. - Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação, não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.
- 13.4. - As proponentes interessadas terão direito a vista ao processo tanto das Propostas Comerciais quanto dos Documentos de Habilitação apresentados.
- 13.5. - É vedado a proponente retirar sua proposta ou parte dela depois de aberta a sessão.
- 13.6. - O presente credenciamento poderá ser revogado por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, em todo ou em parte, por ilegalidade reconhecida de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.
- 13.7. - A Comissão de Licitação, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura do credenciamento, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo para esse fim específico.
- 13.8. - Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição, a Comissão devolverá as proponentes, julgadas desclassificadas, os envelopes "DOCUMENTAÇÃO" inviolados, no encerramento do credenciamento.
- 13.9. - Impugnações aos termos deste edital poderão ser interpostas por cidadão, até o 5º dia útil, e por



# MUNICIPIO DE ALTEROSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



proponente, até o 2º dia útil, que anteceder a abertura das propostas, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico [compras@alterosa.mg.gov.br](mailto:compras@alterosa.mg.gov.br), ou protocolizada na Prefeitura Municipal, dirigida a Comissão de Licitação, que deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, auxiliado pelo setor técnico competente.

- 13.9.1. - A petição deverá ser assinada pelo cidadão ou pelo proponente, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF.
- 13.10. - As solicitações de esclarecimentos deverão ser encaminhadas por escrito até 48 (quarenta e oito) horas antes da abertura dos envelopes a Comissão de Licitação, na Sede do Setor de Compras e Licitações, no horário de 07h00min às 11h00min e 12h30min às 16h00min. Outras informações relativas à presente licitação poderão ser obtidas através do telefone (35)3294-2545, pelo e-mail [compras@alterosa.mg.gov.br](mailto:compras@alterosa.mg.gov.br) ou pelo site [www.alterosa.mg.gov.br](http://www.alterosa.mg.gov.br).
- 13.11. - Fica eleito o foro da Comarca de Areado, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Alterosa, 01 de Julho de 2024.

Marcelo Nunes de Souza  
Prefeito Municipal



# MUNICIPIO DE ALTEROSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



**ANEXO I**  
**PROCESSO 153/2024**  
**INEXIGIBILIDADE 62/2024**  
**CREDENCIAMENTO 09/2024**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR	TOTAL
01	Pagamento em guichê	Tarifa	20.000	R\$ 1,96	<b>R\$ 39.200,00</b>
02	Pagamento em correspondência bancária	Tarifa	20.000	R\$ 1,96	<b>R\$ 39.200,00</b>
03	Pagamento em internet	Tarifa	20.000	R\$ 1,96	<b>R\$ 39.200,00</b>
04	Pagamento em autoatendimento	Tarifa	20.000	R\$ 1,96	<b>R\$ 39.200,00</b>
05	Pagamento em rede lotérica	Tarifa	20.000	R\$ 1,96	<b>R\$ 39.200,00</b>
<b>TOTAL GERAL = CENTO E NOVENTA E SEIS MIL REAIS</b>					<b>R\$ 196.000,00</b>

### Observações:

- O serviços contratados deverão ser executados no prazo de 12 (doze) meses, por documento recebido no guichê de caixa, ou similar por documento recebido via internet, por documento recebido em auto atendimento, por documento recebido nos correspondentes bancários, Gerenciador Financeiro, Banco Postal, por documento recebido na rede lotérica, por documento recebido por débito em conta, por registro, na disponibilização de arquivo.
- A instituição financeira interessada em aderir ao credenciamento em epígrafe poderá optar pelo canal de atendimento de seu interesse, desde que não ultrapasse os valores prefixados;
- No caso de prorrogação de contrato, o preço será reajustado pelo IPCA/IBGE, acumulado no período da vigência do contrato por simples termo de aditamento tendo como base o mês que antecede o término do termo de credenciamento;
- Poderão participar do credenciamento pessoas jurídicas, legalmente constituídas, habilitadas, com idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico fiscal, que não tenha sofrido penalidade de suspensão ou declaração de idoneidade por parte do Poder Público e que satisfaçam as condições fixadas neste edital e anexos que aceitem as normas estabelecidas pelo Município de Alterosa/MG.

**Assinatura**  
**Responsável Empresa**



# MUNICIPIO DE ALTEROSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



### ANEXO II

#### DECLARAÇÃO REGULARIDADE COM O EXIGIDO NO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

A PROPONENTE DEVERÁ APRESENTAR, EM IMPRESSO PRÓPRIO, DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES DE 18 ANOS, DEVIDAMENTE DATADA, CARIMBADA E ASSINADA.

À

Prefeitura Municipal de Alterosa  
Alterosa - MG

#### DECLARAÇÃO

A signatária ....., CNPJ nº ....., por intermédio de seu diretor Sr. ...., RG nº ....., CPF nº ....., declara sob as penalidades cabíveis, que não utiliza em atividades laborativas, noturnas, perigosas ou insalubres menores de 18 (dezoito) anos, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Declara, portanto, estar regular com o exigido no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

Por ser verdade, firma a presente declaração.

Local:....., ..... de ..... de

Assinatura do responsável pela empresa  
Cargo / Identificação



# MUNICIPIO DE ALTEROSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



### ANEXO III

#### MODELO DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO DO NEPOTISMO

(Empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ ou CPF..nº \_\_\_\_\_

sediada à (endereço completo), \_\_\_\_\_

declara para os devidos fins que:

- a) tem conhecimento de que o Município de Alterosa – MG adota o princípio Constitucional da legalidade, com observância ao artigo 37 da Constituição Federal e, analogicamente, ao Decreto Federal n.º 7.203, de 4 de Junho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração pública federal;
- b) em cumprimento ao Decreto 7.203 de 04 de junho de 2010, não contrata e não contratará, durante toda a vigência do contrato, familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança e que preste serviço nesta entidade;
- c) considera “familiar” o cônjuge, o companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

\_\_\_\_\_  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do representante legal)

Assinatura autorizada, devidamente  
Identificada





# MUNICIPIO DE ALTEROSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



### ANEXO IV

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

À

Prefeitura Municipal de Alterosa  
Alterosa – MG

#### DECLARAÇÃO

A signatária ou Pessoa Física....., CNPJ nº .....,  
por intermédio de seu diretor, Sr. ...., RG nº ....., CPF nº ....., declara:  
Que não existem fatos impeditivos para a participação na presente INEXIGIBILIDADE \_\_/2024;  
Que não se acha suspensa ou declarada inidônea para propor ou contratar com a  
Administração Pública, nos termos dos incisos e Artigos da Lei 14.133/2021; e que nos termos  
do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para a  
INEXIGIBILIDADE Nº \_\_/2024, cujo objeto é o \_\_\_\_\_,  
conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I.

Por ser verdade, firma a presente declaração.

Local:....., ..... de ..... de

Assinatura do responsável pela  
empresa Cargo.  
Identificação



# MUNICIPIO DE ALTEROSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



### ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO Nº \_\_\_\_/2024

Contrato de \_\_\_\_\_, que entre si fazem, de um lado, como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE ALTEROSA, e de outro, como CONTRATADA, a Empresa \_\_\_\_\_, de conformidade com as cláusulas estabelecidas abaixo:

### CLÁUSULA I - DAS PARTES E FUNDAMENTOS

#### 1.1. - DO CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE ALTEROSA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.243.238/0001-03, com sede nesta cidade à Praça Getúlio Vargas, 310, Centro, CEP: 37.145-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Marcelo Nunes de Souza, brasileiro, divorciado, dentista, residente e domiciliado nesta cidade à Praça Getulio Vargas, nº 360, portador da Carteira de Identidade nº M-3.837.788 SSPMG e inscrito no CPF sob o nº 726.362.036-72.

#### 1.2. - DA CONTRATADA

\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, na cidade \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_ e da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ expedida pela \_\_\_\_/\_\_\_\_, residente e domiciliado em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_ a Rua \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_.

#### 1.3. - DOS FUNDAMENTOS

A presente contratação decorre do Processo Administrativo 153/2024, Inexigibilidade 62/2024, Credenciamento de número 09/2024, conforme a Lei Federal nº 14.133/21. Onde este contrato for omissso, prevalecerá o disposto na Lei 14133/21.

### CLAUSULA II - DO OBJETO

#### 2.1. - DO OBJETO

2.1.1. - O presente instrumento tem como objetivo o o **CREDENCIAMENTO** de INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS, IMPOSTOS, TAXAS, DÍVIDA ATIVA E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS DEVIDAS À MUNICIPALIDADE, ATRAVÉS DE DAM (DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL), EM PADRÃO FEBRABAN, POR INTERMÉDIO DE SUAS AGÊNCIAS, COM PRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO MAGNÉTICO DOS VALORES ARRECADADOS, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Administração de Alterosa – MG e conforme quantidades estimadas constantes no anexo I.



# MUNICIPIO DE ALTEROSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



### CLÁUSULA III - DO PRAZO, DO VALOR E DO PAGAMENTO

#### 3.1. - DO PRAZO

3.1.1. - O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos conformes da lei 14.133/2021.

#### 3.2. - DO VALOR

3.2.1- Pelo fornecimento do objeto do presente contrato o Município pagará o valor R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) unitário. Valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

#### 3.3. - DO PAGAMENTO

3.3.1. - O repasse das tarifas será debitado na mesma conta e prazo do repasse dos tributos;

### CLÁUSULA IV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. - A Dotação Orçamentária destinadas ao pagamento do objeto licitado será:

02 – Secretaria de Administração.	04.123.1001.2.016	Manutenção das Atividades do Setor de Fazenda
ELEMENTO DE DESPESA: 78 - 3.3.90.39.00.00.00.00 0100 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica		

### CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1. - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos Serviços a serem realizados, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 5.2. Fiscalizar e supervisionar a realização dos Serviços a serem realizados, sem prejuízo das prerrogativas do Município, garantindo a eficácia na realização dos Serviços.
- 5.3. Indenizar terceiros e/ou ao Município de Alterosa, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a Credenciada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.
- 5.4. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas neste Instrumento;
- 5.5. Zelar e garantir a boa qualidade na realização dos Serviços, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo Poder Público;
- 5.6. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a PREFEITURA, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir decorrentes da realização dos Serviços;



# MUNICIPIO DE ALTEROSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



5.7. Ser fiel aos interesses do serviço público, evitando denegrir, dilapidá-los ou conspirar contra os mesmos;

### CLÁUSULA VI DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. - Efetuar pagamento à contratada no prazo e forma estipulados neste contrato, mediante depósito em conta específica da Prefeitura Municipal de Alterosa/MG.

6.2. - Honrar pontualmente os compromissos financeiros e legais resultantes deste contrato;

### CLÁUSULA VII - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

7.1. - Caberá aos Responsáveis pelo Almoxarifado da Secretaria Municipal de Administração, Estado de Minas Gerais observado o artigo 170 da Lei Federal número 14.133/21, juntamente com o Secretário responsável, o acompanhamento e fiscalização do contrato.

7.2. - A contratada nomeia o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ (qualificação) para fiscalização e acompanhamento do contrato.

### CLÁUSULA VIII - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

8.1. - Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art.155, da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. - Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. - Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.11. - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto a condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa;

8.1.12. - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

8.1.13. - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



## MUNICIPIO DE ALTEROSA

### ESTADO DE MINAS GERAIS



- 8.2. - O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 8.2.1. - Advertência pela falta do subitem 8.1.11., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - 8.2.2. - Multa de 05 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.11. a 8.1.13.;
  - 8.2.3. - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2. a 8.1.7., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - 8.2.4. - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Prefeitura Municipal, da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8. a 8.1.13., bem como nos demais casos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 8.3. - Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.3.1. - a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 8.3.2. - as peculiaridades do caso concreto;
  - 8.3.3. - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 8.3.4. - os danos que dela provierem para a Prefeitura Municipal;
  - 8.3.5. - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4. - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 8.5. - O recolhimento das multas referidas deverá ser feito, através de guia própria, ao MUNICÍPIO DE ALTEROSA, Estado de Minas Gerais, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data em que for aplicada a multa.
- 8.6. - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.7. - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 8.8. - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá



# MUNICIPIO DE ALTEROSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 8.9. - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 8.10. - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.11. - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### CLÁUSULA IX - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 9.1. - A extinção do presente contrato poderá ser determinada conforme artigo 137 a 139 da Lei 14.133/93 e alterações posteriores.

### CLÁUSULA X - DA INDENIZAÇÃO

- 10.1 - Ocorrendo a rescisão, à contratada caberá receber o valor dos serviços realizados até a data da rescisão, desde que observado o item 9.1. da cláusula IX do presente Contrato

### CLÁUSULA XI - DO FORO

- 11.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Areado, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja.

Por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Alterosa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

MARCELO NUNES DE SOUZA  
Prefeito Municipal de Alterosa

Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome

Assinatura

CPF

_____	_____	_____
_____	_____	_____





# MUNICIPIO DE ALTEROSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



### ANEXO VI

#### TERMO DE REFERÊNCIA

#### CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DIVERSOS

#### 1. DO OBJETO

Credenciamento de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos, impostos, taxas, dívida ativa e demais receitas públicas devidas à municipalidade, através de DAM (Documento de Arrecadação Municipal), em padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados.

#### 2. JUSTIFICATIVA

Essa Chamada Pública visa à manutenção das atividades arrecadatórias do Município de Alterosa, facilitando o processo de arrecadação, melhor atendimento aos contribuintes, e, conseqüentemente, à diminuição dos inadimplementos.

#### 3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Instituição Financeira legalmente constituída e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil na forma de banco Múltiplo, Comercial ou Cooperativo e Cooperativo de Crédito, que preencha todos os requisitos exigidos neste Termo de Referência.

#### 4. ESCOPO DOS SERVIÇOS

##### 4.1. TABELA DESCRITIVA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Pagamento em guichê	Tarifa	20.000	R\$ 1,96	R\$ 39.200,00
02	Pagamento em correspondência bancária	Tarifa	20.000	R\$ 1,96	R\$ 39.200,00
03	Pagamento em internet	Tarifa	20.000	R\$ 1,96	R\$ 39.200,00
04	Pagamento em autoatendimento	Tarifa	20.000	R\$ 1,96	R\$ 39.200,00
05	Pagamento em rede lotérica	Tarifa	20.000	R\$ 1,96	R\$ 39.200,00
TOTAL GERAL = CENTO E NOVENTA E SEIS MIL REAIS					R\$ 196.000,00

#### 5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 5.1. **Poderão participar do presente Credenciamento** as instituições financeiras legalmente constituídas e autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na forma de banco Múltiplo, Comercial ou Cooperativo, e Cooperativo de Crédito, que preencherem todos os



# MUNICIPIO DE ALTEROSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



requisitos exigidos neste Termo de Referência, com idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico-fiscal, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de idoneidade por parte do Poder Público e que satisfaçam as condições fixadas neste Termo de Referência e anexos, e que aceitem as normas estabelecidas pelo Município.

### 5.2. Não poderão participar deste Credenciamento:

- a) Instituições financeiras que estiverem em processo de intervenção judicial ou extrajudicial, falência, insolvência ou liquidação;
- b) Instituições financeiras que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer Poder ou esfera de Governo;
- c) Instituições financeiras que estiverem irregulares quanto à comprovação de quitação de tributos federais, estaduais ou municipais, considerada a sede ou principal estabelecimento da proponente.

## 6. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

- 6.1. Os interessados em participar da chamada pública para Credenciamento deverão entregar diretamente à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Alterosa – MG, localizada na Rua Dom Pedro II, número 54, Centro, no dia e horário indicados no Edital, envelope devidamente identificado e endereçado, contendo todos os documentos comprobatórios especificados neste Termo de Referência;
- 6.2. O período para a entrega do envelope contendo toda a documentação será indicado no Edital.
- 6.3. Os documentos de habilitação, abaixo relacionados, serão apresentados em envelope opaco e lacrado, constando externamente o número deste chamamento, a identificação da empresa e a expressão “documentos”:
  - a) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da Ata arquivada da Assembléia da última eleição da Diretoria, ou documento equivalente;
  - b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
  - c) Prova de regularidade fiscal perante a União, Estado e Município;
  - d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
  - e) Comprovação de regularidade quanto a Débitos Trabalhistas;
  - f) Comprovação, através de documento expedido pelo Banco Central de que a instituição financeira está em pleno uso e gozo de suas atividades e não se encontra em processo de liquidação extrajudicial ou cópia do certificado de autorização de funcionamento expedido pelo Banco Central;
  - g) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;
  - h) Declaração de que cumpre as disposições do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
  - i) Indicação do representante legal da interessada, com a respectiva documentação (procuração ou documento equivalente autenticado, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, inscrição no Registro Geral do Instituto de Identificação – Carteira de Identidade), para praticar todos os atos necessários em nome da instituição financeira, em todas as etapas deste Credenciamento, e para o exercício de direitos e assunção de obrigações decorrentes do Contrato de Credenciamento.
- 6.4. Os documentos necessários para o Credenciamento poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório, ou autenticada por servidor público deste Município.
- 6.5. Ao apresentar o pedido para o Credenciamento, a instituição financeira aceita e se obriga a cumprir todos os termos deste Termo de Referência e Edital.

## 7. DO CREDENCIAMENTO



# MUNICIPIO DE ALTEROSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



- 7.1. Iniciada a sessão de abertura de envelope, os membros da Comissão de Licitação e os representantes das instituições presentes, examinarão e rubricarão cada documento. Serão inabilitadas as instituições cuja documentação não satisfizerem as exigências deste ato convocatório;
- 7.2. Da decisão de habilitação ou inabilitação caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, suspendendo-se o certame até o seu julgamento;
- 7.3. As instituições que preencherem os requisitos de habilitação serão declaradas habilitadas, estando aptas para assinar o contrato de prestação de serviço.

### 8. DO PRAZO RECURSAL

- 8.1. A Entidade que for considerada inabilitada ou não credenciada terá o prazo de 03 (três) dias úteis, considerando o dia do certame ou da lavratura da ata de inabilitação, para interpor recursos nos termos do disposto no art. 165, inciso I, da Lei 14133/21. A entidade requerente deverá apontar e argumentar, de forma clara e objetiva, as razões que a levam ao pedido.

### 9. DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O Setor de Compras e Licitações poderá celebrar contrato de prestação de serviço nos termos da minuta do Contrato, com as empresas consideradas credenciadas após comprovação das aptidões necessárias discriminadas neste Termo de Referência, as quais farão parte de um "Banco de Prestadores" ao qual o gestor municipal poderá recorrer conforme a demanda.

### 10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

#### 10.1. DA CREDENCIADA

- 10.1.1. Receber tributos e demais receitas municipais somente através dos documentos de arrecadação (DAM), aprovados pela Administração Geral, que estejam com todos os campos de informações obrigatórios devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras, por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento, nos termos deste Credenciamento;
- 10.1.2. Arrecadar em toda sua rede de agências, postos bancários e outras representações, inclusive as que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do Contrato;
- 10.1.3. Apresentar ao Município, no ato da assinatura do Contrato, meios necessários à implementação da prestação de serviços ora contratados e os horários de funcionamento de cada unidade arrecadadora, mantendo tais condições durante todo o período de vigência do Contrato, sendo que a implementação de novas modalidades de pagamento deverá ser previamente aprovada pela Administração Geral;
- 10.1.4. Comunicar formalmente ao Município, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento do Banco, que resultem em descontinuidade de arrecadação em modalidade de pagamento colocado à disposição do contribuinte, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objeto do Contrato;
- 10.1.5. A informação recebida nos Documentos de Arrecadação Municipal (DAM) será obtida pela leitura do código de barras padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica, ou por meio previamente aprovado pela Administração Geral;



# MUNICIPIO DE ALTEROSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



- 10.1.6.** O Banco não poderá, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do contribuinte d/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações;
- 10.1.7.** Autenticar o DAM, em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação caixa, ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras. Para os recebimentos realizados através de "home/Office banking", "internet" ou qualquer outra modalidade de autoatendimento, o comprovante de pagamento deverá ser previamente aprovado pela Administração Geral;
- 10.1.8.** Manter os DAM arquivados por um período de 180 (cento e oitenta dias);
- 10.1.9.** Enviar ao Município, até às 09h00min (nove) horas do dia seguinte, arquivo com total das transações do dia, sendo que o valor total da arrecadação deverá ser o mesmo do valor transmitido pela Administração Geral;
- 10.1.10.** Efetuar o repasse do produto da arrecadação de tributos e demais receitas estaduais, através do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB, enviando, ao mesmo tempo, uma mensagem eletrônica, até as 09h00min horas do dia útil seguinte à data de arrecadação, a crédito da conta informada pela Administração Geral;
- 10.1.11.** Em caso de incorreção de dados, remeterem as informações regularizadas no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato;
- 10.1.12.** Cumprir as normas estabelecidas na legislação específica do Município, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular o procedimento concernente aos serviços de arrecadação objeto deste Contrato, o que dependerá de prévia ciência das partes, por escrito;
- 10.1.13.** Apresentar mensalmente ao Município documento com a discriminação dos serviços prestados, constando a quantidade, a modalidade de recebimento dos documentos e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços;
- 10.1.14.** Fornecer ao Município, sempre que solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;
- 10.1.15.** Disponibilizar ao Município os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação, ficando o Banco obrigado a resolver eventual irregularidade, inclusive reprocessando a informação contida nos arquivos auditados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 10.1.16.** Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por um período mínimo de 05 (cinco) anos;
- 10.1.17.** Apresentar relatório mensal indicando o número de atendimento de arrecadação e a forma do recolhimento (guichê, internet etc.), para autorização do pagamento das tarifas pelo Município;
- 10.1.18.** O Banco repassará o produto da arrecadação nos prazos definidos a seguir:
- No 1º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no guichê, e forma de pagamento em dinheiro;
  - No 2º dia útil a data do recebimento para a data do recebimento para os documentos arrecadados no guichê, e forma de pagamento em cheque;
  - No 1º dia após a data do recebimento para os documentos arrecadados no autoatendimento e na Internet;
  - No 2º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados na Rede Lotérica, e forma de pagamento em dinheiro;
  - No 3º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados na Rede Lotérica, e forma de pagamento em cheque;
  - No 2º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no Correspondente Bancário;
  - Os arquivos de retorno relativos aos recolhimentos realizados pela instituição deverão estar disponíveis no dia seguinte à data do recebimento, bem como reenvio em até 03 (três) dias corridos sempre que solicitado pela contratante;



# MUNICIPIO DE ALTEROSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



- h) Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes.

**10.1.19.** É vedado ao Banco:

- a) Utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informações ou documentos vinculados à prestação de serviços para o Município;
- b) Cancelar ou debitar valores sem a autorização expressa do Município.

**10.1.20.** Não será considerada como repassada a arrecadação:

- a) Enquanto o arquivo das transações remetido pelo Banco não for recebido pelo Município;
- b) Quando o valor constante do arquivo das transações for diferente do valor registrado no extrato, e enquanto perdurar a irregularidade.

### 10.2. DA CREDENCIANTE

**10.2.1.** Expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos municipais;

**10.2.2.** Especificar o protocolo de comunicação a ser utilizada na transmissão eletrônica de dados;

**10.2.3.** Estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições estabelecidas no padrão FEBRABAN de código de barras;

**10.2.4.** Remunerar o Banco pelos serviços efetivamente prestados;

**10.2.5.** Pôr à disposição dos contribuintes a informação necessária para que estes possam efetuar seus pagamentos;

**10.2.6.** Entregar ao banco:

- a) Recibo do arquivo enviado;
- b) Mensagem de aceitação/rejeição do arquivo enviado.

## 11. DOS PREÇOS MÁXIMOS PRATICADOS

**11.1.** O Município pagará aos Bancos Credenciados pela prestação dos serviços os seguintes valores unitários, para o período de 12 (doze) meses de credenciamento: R\$ 2,25 (Dois Reais e Vinte e Cinco Centavos) por documento recebido no guichê de caixa, ou similar por documento recebido via Internet, por documento recebido em auto atendimento, por documento recebido nos correspondentes bancários, Gerenciador Financeiro, Banco Postal, por documento recebido na rede lotérica, por documento recebido por débito em conta, por registro, na disponibilização de arquivo;

**11.2.** A instituição financeira interessada em aderir ao credenciamento em epígrafe poderá optar pelo canal de atendimento de seu interesse, desde que não ultrapasse os valores prefixados;

**11.3.** No caso de prorrogação de contrato, o preço será reajustado pelo IPCA/IBGE, acumulado no período da vigência do contrato por simples termo de aditamento tendo como base o mês que antecede o término do termo de credenciamento.

## 12. LOCAL

A Credenciada prestará serviços em suas dependências, via internet e redes lotéricas.

## 13. MODALIDADE

### CREDENCIAMENTO

Embasamento: Utiliza-se o instrumento do **Credenciamento** para as contratações por inexigibilidade, disposto no artigo 6º, XLIII, da Lei 14.133/21:





# MUNICIPIO DE ALTEROSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



“XLIII – credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, credenciem-se no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados”.

Pelo credenciamento se operacionaliza contratação por inexigibilidade nos seguintes casos:

- a) Necessidade de contratação simultânea, paralela e não excludente, de mais de um dos agentes do mercado;
- b) Casos em que o contratante é o Poder Público, mas o usuário do serviço é um terceiro, a quem cabe a seleção do prestador;
- c) Situações de mercados fluídos, nos quais a variação dos preços praticados é freqüente a ponto de inviabilizar a realização de licitação (art. 78).

### 14. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos tem a responsabilidade para autorizar, conferir e fiscalizar a perfeita execução do Contrato nos termos acertados, as quais deverão encaminhar, à responsável pela gestão do Contrato, todas as ocorrências apresentadas.

### 15. VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos de 12 (doze) meses cada, limitado a 120 (cento e vinte) meses, na forma do artigo 107 da Lei 14.133 de 01 de Abril de 2021.

**Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitidos a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.**

### 16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Funcional: 2.016 – Manutenção das Atividades do Setor de Fazenda  
Ficha 78 - Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00 – 1500 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

### 17. SANÇÕES CONTRATUAIS

**17.1.** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da Contratada, ficando a mesma, garantida defesa prévia, sujeita às seguintes penalidades:

**17.1.1.** Advertência.

**17.1.2.** Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

**I** – 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor dos Serviços não realizados no prazo.

**II** – 20% (vinte por cento) sobre o valor dos Serviços, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com o conseqüente cancelamento do Contrato.

**III** – 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da Contratada, injustificadamente, desistir do mesmo ou ficar proibida pela fiscalização competente de realizar os Serviços por dolo ou culpa.

**17.1.3.** Suspensão temporária de participação em licitação com o Município de Alterosa pelo prazo de 2 (dois) anos.





# MUNICIPIO DE ALTEROSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



**17.1.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na DO ART. 163 da Lei 14133/21, além do encaminhamento ao Ministério Público para aplicação das sanções criminais previstas nos artigos 89 a 99 da referida Lei, salvo superveniência comprovada de motivo de força maior, desde que aceito pelo Município.

O recolhimento das multas referidas anteriormente realizar-se-á através de guia própria, em favor do MUNICÍPIO DE ALTEROSA, Estado de Minas Gerais, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data em que for aplicada a multa.

### 18. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA COTADA

EMPRESA		CNPJ
A	SICOOB - SAROMCREDI	66.402.207/0018-49

Alterosa, 28 de Junho de 2024.

---

Reinaldo César Terra  
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos